



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº , 2013 – CN

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 9, de 2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União - TCU referente ao 1º Trimestre de 2012, objeto do AVN nº 9/2012-CN (Aviso nº 723-GP/TCU, de 30/5/2012, na origem).

O Relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Observa-se que o TCU encaminhou o Relatório no dia 30 de maio de 2012, dentro, portanto, do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno daquela Corte de Contas, e está estruturado em seis grandes blocos de informações, a saber:

I. Nossos Principais Resultados;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- II. Principais Trabalhos;
- III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos autuados, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- V. Relacionamento com o Público Externo; e
- VI. Atividades Administrativas.

Consta do Relatório mensagem do Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, que aquela Corte, a par do extenso leque de atribuições constitucionais, legais e regimentais que lhe são cometidas, “esmera-se em disponibilizar aos gestores públicos orientações, determinações e recomendações, visando corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar o desempenho e a gestão de órgãos, entidades e programas governamentais.” (2012, p. 4)

Segundo ele, o TCU busca otimizar a formulação de políticas públicas, a qualidade de bens e serviços ofertados, o desempenho dos controles internos e, ainda, contribuir para o aprimoramento da legislação federal e para a disseminação das melhores práticas observadas na Administração Pública Federal.

O Relatório destaca os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2012 da seguinte forma, sinteticamente:¹

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 482 milhões
Medidas cautelares adotadas	35
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	30
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 1,8 bilhão

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria da CMO e na página do TCU http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/publicacoes_institucionais/relatorios/relatorios_atividades



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Responsáveis condenados em débito e/ou multados	552
Valor das condenações	R\$ 207 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	645
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 233,5 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	19
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	11
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	580
Processos julgados conclusivamente	1.230
Acórdãos proferidos	2.624
Atos de pessoal analisados	31.961
Fiscalizações concluídas	405

Fonte: Relatório de Atividades 1º tri/2012 - TCU

1.1 Resultados do Controle Externo

No período, foram concluídas 405 fiscalizações, envolvendo um esforço de 15.059 homens-dia de fiscalização. Além disso, foram autuados 1.235 processos referentes à matéria de controle externo e foram apreciados, de forma conclusiva, 1.230 processos da mesma natureza.

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No trimestre, foram autuados 30.814 atos de pessoal e apreciados 32.075 atos dessa natureza.

No trimestre, foram adotadas 35 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 1,8 bilhão. No mesmo período de 2011, foram expedidas 19 medidas cautelares envolvendo um montante de R\$ 387,6 milhões.

1.2 Condenações e Sanções Aplicadas



Entre os 377 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 231 (61,27%) condenaram 463 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 35 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 89 responsáveis.

1.3 Principais Trabalhos Realizados no Trimestre

O Relatório apresentado pelo TCU destaca, resumidamente, as principais ações de controle empreendidas no trimestre, da seguinte forma:

1.3.1 Administração-Geral

- 1) determinou medidas para corrigir falhas na sistemática de teleatendimento da Previdência;
- 2) encontrou irregularidades em terceirização de serviços do Dnit;
- 3) avaliou o sistema de arrecadação de multas administrativas;
- 4) determinou medidas para substituição de terceirizados; e
- 5) encontrou indícios de irregularidades em trabalho de ONGs.

1.3.2 Assistência Social

- 1) realizou auditoria no Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (Sisnad): o Tribunal identificou comunidades terapêuticas sem licença sanitária.

1.3.3 Defesa Nacional e Segurança Pública

- 1) fiscalização encontrou deficiências de infraestrutura nas delegacias de fronteira;
- 2) auditoria identificou falhas na repressão ao tráfico de drogas na região de fronteira;



- 3) auditoria no Sisnad revelou que o efetivo policial é insuficiente e a rotatividade é alta;
- 4) auditoria apontou que bens do tráfico de drogas demoram a ser vendidos; e
- 5) fiscalizou a aplicação de recursos públicos em desastres de Santa Catarina.

1.3.4 Desporto e Turismo

- 1) divulgou novo panorama sobre situação da Copa; e
- 2) alertou quanto a atraso nas ações para a Copa do Mundo.

O Relatório trimestral destaca a nova versão da publicação “O TCU e a Copa do Mundo de 2014”, que apresenta informações recentes de fiscalizações e acompanhamentos das ações governamentais para o mundial. O citado relatório permite obter, entre outros dados, o panorama geral atualizado dos investimentos e pode-se acompanhar a situação dos financiamentos federais feitos pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES.

As fiscalizações realizadas constatarem irregularidades em licitações e projetos para adequações dos portos, como projeto deficiente no Porto de Santos, sobrepreço no projeto de revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro e problemas no processo licitatório para obras do porto de Mucuri/CE. O TCU determinou ajustes no orçamento das obras do Porto de Natal.

O relatório traz o resultado geral da situação das ações da Copa, com base em fiscalizações realizadas pelo Tribunal e em informações remetidas por outros órgãos de controle e de execução. A publicação atualiza as informações relativas ao financiamento e desembolso para as obras das arenas esportivas e de mobilidade urbana, inclusive o acompanhamento da concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos.

TCU alerta quanto a atraso nas ações para a Copa do Mundo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

O Tribunal alertou o Ministério do Esporte quanto ao atraso na elaboração dos ciclos da matriz de responsabilidade, o que pode vir a comprometer o início e o bom andamento do mundial de 2014. A matriz de responsabilidade é um instrumento indispensável para dimensionar os gastos previstos do Governo Federal, estaduais, municipais e da iniciativa privada, além de possibilitar uma visão geral das fontes de financiamentos utilizadas na execução dos projetos para a Copa.

O TCU assinalou o prazo de 60 dias para que o Ministério do Esporte atualize a matriz de responsabilidade, discriminando todas as intervenções essenciais para a realização da Copa de 2014, com a indicação dos valores envolvidos, incluindo as relativas à acessibilidade dos estádios. Nesse mesmo prazo, o Ministério deve apresentar cronograma para o segundo ciclo da matriz de responsabilidade, que envolve as áreas de hotelaria, segurança e telecomunicações, entre outras.

1.3.5 Encargos Especiais

- 1) propôs medidas para evitar fraudes em crédito habitacional da Caixa.

1.3.6 Energia

- 1) revogou a suspensão de pregão da Eletroacre.

1.3.7 Gestão Ambiental e Agricultura

- 1) encontrou irregularidades em convênio do Incra em Santa Catarina;
- 2) decidiu acompanhar o Programa Interáguas;
- 3) constatou falhas em edital do Projeto de Integração do Rio São Francisco; e
- 4) identificou irregularidades em pregões do Ministério da Pesca para compra de lanchas patrulhas.

1.3.8 Indústria, Comércio e Serviços

- 1) recomendou medidas para aperfeiçoar fiscalização de atividades de mineração;



1.3.9 Relações Exteriores

- 1) fiscalização apontou fragilidades em controle de recursos de postos diplomáticos.

1.3.10 Saneamento

- 1) fiscalizou a aplicação de recursos em obras de saneamento e habitação.

1.3.11 Saúde

- 1) apurou irregularidades na compra de material hospitalar no RJ;
- 2) avaliou ações governamentais voltadas a dependentes de álcool e outras drogas;
- 3) verificou insuficiência de Centro de Atenção Psicossocial (Caps) no Brasil. De acordo com a auditoria, há articulação insuficiente entre as redes de assistência social - Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) - e as redes de tratamento - Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Centros de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas (Caps AD). Também se verificou que a articulação entre as redes é essencial para o sucesso das ações de tratamento e reinserção social dos dependentes de álcool e de outras drogas;
- 4) apontou a baixa adesão de hospitais gerais na habilitação de leitos para dependentes químicos; e
- 5) apontou falhas no Sistema Nacional de Transplantes.

1.3.12 Transporte

- 1) determinou que o Dnit solucione irregularidades em obras de manutenção na BR 285;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- 2) avaliou editais da concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília;
- 3) alertou a Infraero para irregularidades em edital das obras do Galeão;
- 4) identificou desequilíbrio econômico-financeiro em contrato de concessão de rodovia no Paraná;
- 5) suspendeu atos de concorrência pública para obras na BR-116;
- 6) identificou falhas na atuação da ANTT no setor ferroviário;
- 7) identificou irregularidades em obras na BR-101/RJ;
- 8) constatou que deficiência em manutenção feita pelo Dnit compromete pontes e viadutos; e
- 9) apontou irregularidades em obra do metrô de Fortaleza.

1.4 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 1º trimestre de 2012, foram autuados 14 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 15 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 57 processos de solicitação do Congresso Nacional.

1.5 Atuação Internacional

O Relatório registra que, no cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No período, os ministros do TCU participaram dos seguintes eventos:



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- 1) “Desenvolvimento de estrutura de avaliação de desempenho das EFS”, organizado pela Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai (IDI), realizado no período de 9 a 13 de janeiro, em Oslo, na Noruega;
- 2) “21º Encontro do Grupo de Trabalho de Auditoria em Tecnologia da Informação (TI)” da Intosai, realizado em Kuala Lumpur, na Malásia, no período de 25 a 27 de janeiro. O encontro contou com a participação de Entidades de Fiscalizadoras Superiores (EFS) de 25 países e foi presidido pelo representante da Índia;
- 3) “Primeira etapa do Programa de Planejamento Estratégico”, realizado pela Intosai Development Initiative/Olacefs, de 20 de fevereiro a 3 de março. O Programa, dirigido às Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) da América Latina e ocorrido na cidade de San José, na Costa Rica, tem como objetivo permitir que as EFS que não possuam planejamento estratégico possam desenvolver e conduzir a implementação de seus planos, de forma articulada com os planos táticos e operacionais, e com indicadores de desempenho para seu monitoramento e avaliação;
- 4) “PPP Days 2012 – Desenvolvendo instituições para a realização de Parcerias Público-Privadas eficientes” promovido em Genebra, na Suíça, pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), pelo Instituto do Banco Mundial (IBW) e pelo Banco do Desenvolvimento da Ásia (ADB). O evento, realizado no período de 21 a 24 de fevereiro, contou com 900 representantes de 90 países e diversas instituições internacionais;
- 5) “5ª reunião do PAS” (Performance Audit Subcommittee, ou Subcomitê de Auditoria de Desempenho) da Intosai, em Viena, na Áustria. Na reunião, foram discutidos os anteprojetos da ISSAI 100 (Padrão Geral de Auditoria para o Setor Público) e da ISSAI 300 (Padrão de Auditoria de Desempenho), que serão finalizados pelo Projeto de Harmonização e submetidos à aprovação no próximo Congresso da Intosai (Incosai), em 2013, na China; e



- 6) 6º Fórum Mundial da Água, realizado em Marselha (França), no período de 12 a 17 de março. O fórum, promovido pelo Conselho Mundial da Água (WWC – World Water Council), é considerando o mais importante evento sobre a temática do acesso, uso e conservação dos recursos hídricos.

1.6 Atividades Administrativas

Segundo o Relatório, nos últimos anos, foram implementadas diversas ações de reestruturação e modernização da Corte de Contas, tais como: modelagem de processos de trabalho; estrutura organizacional matricial; adoção das diretrizes de qualidade propostas pela norma ISO 10.015; organização dos eventos educacionais em programas de desenvolvimento de competências; especialização da equipe; atualização e melhoria do referencial normativo balizador da educação corporativa; ampliação da educação a distância; aperfeiçoamento do modelo de gestão de pessoas por competências; promoção de ações de capacitação da cadeia de valor do TCU; e estabelecimento de diversos acordos de cooperação técnica e operacional.

No 1º trimestre de 2012, foram realizados 20 eventos de desenvolvimento profissional e capacitação, dos quais participaram 687 servidores (do Tribunal e de outras instituições). Além disso, 57 servidores do TCU participaram de 41 eventos promovidos por outras instituições.

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.650 estavam ocupados no final do trimestre.

O orçamento do Tribunal para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 1,3 bilhão. A despesa liquidada até o final do 1º trimestre foi de R\$ 310 milhões (22,52%) da dotação orçamentária disponível para execução.

É o relatório.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, pelo que **VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 1º Trimestre de 2012 daquela Corte de Contas e determine o seu arquivamento.**

Sala da Comissão, em de de 2013

Deputado **FÁBIO RAMALHO**
Relator

Senador **LOBÃO FILHO**
Presidente